

Imaginar a humanidade: para uma antropologia dos fins

MARC AUGÉ

TRADUÇÃO: MARIANA MONT'ALVERNE BARRETO

REVISÃO TÉCNICA: LUCIANA DOS SANTOS

Em maio de 68, atribuiu-se ao diretor do *Monde* dons de profeta por ter dito, um pouco antes, que a França entediava-se. Hoje, pode-se dizer que o mundo se entedia? Certamente não, se pensamos nas inúmeras regiões do planeta onde a violência, a mais espetacular, coloca em cena enfrentamentos trágicos que não deixam lugar para o tédio, mesmo se a aparente inércia, que condena à morte e ao massacre populações inteiras, inspira àqueles que de fora veem isso apenas como imagens repetidas uma forma de desalento rápido, próximo da indiferença. A resposta será menos claramente negativa, se pensamos em todos os países onde a violência instalada e instituída procura impor aos indivíduos sem privilégios e desafortunados comportamentos arcaicos uniformes e estereotipados em matéria de moral e religião. O medo não é mais exclusivo da repulsa e do tédio. Se bem que, ao fim, é do tédio, da fadiga ou do cansaço que é necessário falar nos países democráticos, para caracterizar uma opinião pública frequentemente levada a constatar a lentidão ou a indolência das instituições políticas, para fazer face às urgências do momento – crescimento da distância entre ricos e pobres, ameaças ecológicas, entre outras.

A política não é a única a sofrer dessa desafeição ou descrédito. Um jornal noticiava recentemente, para regozijar-se, um leve retorno da confiança do público em relação à ciência. O tema do descrédito da ciência pode esconder temores diversos e contraditórios, além

de confundi-los: por exemplo, o medo de sua impotência (relativa ou provisória, para os otimistas) face às novas epidemias (Aids, doença de Creutzfeldt-Jacob) e de sua supremacia, fonte das perversas invenções ou supostas como tais (produtos transgênicos, clonagem humana). Ambivalência desse modo: face às aplicações da pesquisa científica, às tecnologias, os seres humanos podem ser divididos entre a vertigem consumista, principalmente diante das novas possibilidades de comunicação, e os temores ancestrais reavivados e reatualizados; os medos advindos com a chegada do ano 2000 tiveram tudo a ver com o aumento da extensão de nosso horizonte cotidiano. Sobre o mundo de nossas referências cotidianas, como o império de Carlos V, o sol não se põe mais, e nós pressentimos que, para o melhor ou para o pior, a sorte de uns não seria totalmente estranha a outros.

Enfim, o mundo das informações e das imagens que nos inunda confirma o sentimento de vivermos numa situação “fechada” (global), de onde são eventualmente eliminados desvios padrões mais incômodos (direito de ingerência). A resistência a esse estado de fato se exprimiu recentemente, várias vezes, pela reunião de movimentos, primeiro ditos “antimundialização” e, depois, altermundialização – movimentos bastante diversos que é necessário inicialmente considerar, hoje, como sintomas de uma tomada de consciência planetária. Essa tomada de consciência, todavia, permanece, no momento, fragmentada ou impotente; o novo espaço pú-

blico planetário não foi criado ainda e é, em resumo, o sentimento de uma espécie de surpresa fascinada, dominante entre os observadores do mundo contemporâneo, diante da amplitude de uma mudança súbita, de escala e cenário, sobre a qual eles não souberam e não sabem nada e, ainda, não podem imaginar seus efeitos e consequências a longo prazo.

Uma mudança de escala

Nós não ousamos levar em conta que vivemos um período de transição, no qual a Terra não será mais do que um ponto de referência e de partida. A exploração do espaço apenas começou, mas a evolução política e científica do planeta está desde agora profundamente orientada nessa nova perspectiva. A medida do tempo e do espaço muda a partir do momento em que a Terra não é mais do que um ponto de referência e de partida; ela muda sobre a própria Terra: sob vários aspectos, o planeta, como tal, tornou-se a unidade espacial de referência; o século, que poderia parecer uma unidade histórica irrisória, em relação ao espaço-tempo a partir do qual nós apreendemos o universo será, contudo, uma referência demasiadamente ampla para dar conta da história futura. A ideia de aceleração da história não é nada mais do que a história das mudanças de medidas e de referências, que permitiram sua constituição: só nos damos conta das épocas pré-históricas, retrospectivamente, em termos de eras ou de idades, essencialmente a partir das inovações tecnológicas que nelas aconteceram; os tempos históricos são abordados em milênios, depois em séculos. Para entendermos a luta por influência do cristianismo e do islamismo na Europa mediterrânea, contamos ainda por grupos de séculos: entre a “reconquista” cristã de Toledo e aquela de Granada se passaram quatro séculos. Para dar conta da época moderna, o século tor-

nou-se um período muito extenso: do início ao fim dos séculos XVII, XVIII e XIX, a amplitude das transformações científicas e políticas é tão marcante e, mesmo se os estilos de pensamento e os estilos estéticos carregam a rubrica destes ou daqueles, ao preço bastante alto das generalizações, a pertinência do recorte da história em períodos seculares impõe um problema. Essas nuances delicias alguns historiadores, mas o essencial diz respeito ao presente: não poderíamos considerar que no último meio século as transformações científicas e tecnológicas foram mais radicais do que aquelas ocorridas desde o surgimento da humanidade? No decorrer do século XXI, para dimensionar as transformações ocorridas, não são os períodos – de vinte ou dez anos – que serão necessários estudar?

Assim, notamos muito pouco as modificações brutalmente aceleradas que fizeram do planeta um espaço de comunicação, um “império”, para retomar o termo proposto por Michel Hardt e Antonio Negri (2000)¹, onde já são colocadas experimentações que farão dos corpos humanos de amanhã, corpos aptos a suportar a força da gravidade, corpos de alta performance, onde se integram elementos mecânicos e eletrônicos, aproximando o homem comum ao modelo do homem “biônico” imaginado pela ficção científica. Por outro lado, a cooperação internacional, em relação à exploração espacial, exprime a unidade imposta ao planeta por seus novos objetivos, mesmo se essa unidade consagra relações de força existentes. Nós aprenderemos um belo dia que uma nova América foi descoberta, ou várias, mesmo que tivéssemos visto partir exploradores dos novos tempos, sem lhes dar mais importância que os aldeões espanhóis da região da Extremadura, seis séculos antes, aos futuros conquistadores. Contudo, as consequências desta nova conquista serão, sobre todos os planos, ainda mais decisivas para o futuro dos habitantes da Terra do que o foi a primeira.

Porém, nossa proposta aqui é menos de tentar imaginar nossos próximos assombros, do que de sublinhar a nova relação com o tempo criada pelos humanos com a “aceleração” de sua história. Há um ou dois decênios, o presente tornou-se hegemônico. O presente, aos olhos dos comuns dos mortais, não sai mais da lente de maturação do passado, nem deixa transparecer os traços de futuros possíveis, mas ele se impõe como um fato terminado, esmagado, cujo ressurgimento súbito escamoteia o passado e satura a imaginação do futuro.

Encontramos nesse ponto uma ambivalência que não é inteiramente aquela do consumo e do medo, evocada anteriormente, mas que a reitera ou a prolonga. É a ambivalência do impensado e do impensável: impensado, pelo lado do consumo, na imagem de um presente que não pode ser transposto, definido pela superabundância de objetos que esse consumo disponibiliza; impensável, pelo lado da ciência, sempre além das tecnologias que são dela a consequência. O mundo do consumo basta a si mesmo, pois tem características de cosmologia: ele define seu modo de utilização. Nesse sentido, a cosmotecnologia, se entendemos por isso o conjunto das tecnologias colocadas à disposição dos homens para organizar sua vida material e o conjunto das representações que lhe estão ligadas, ela mesma é seu próprio fim; ela define a natureza e os meios das relações que os seres humanos podem manter nela e a ela se referindo: mundo da imanência onde a imagem remete à imagem e a mensagem à mensagem; mundo para consumo rápido, como as *pâtisseries à la crème*; mundo para consumir, mas não para pensar; mundo onde, de um só golpe, podem se desenvolver políticas assistencialistas, mas não se elaborar estratégias de transformações. Quanto ao mundo da ciência, este está sempre em movimento entre as fronteiras do conhecido e do desconhecido, que estendem suas órbitas variáveis nos espaços, do infinita-

mente grande e do infinitamente pequeno. A respeito de sua verdadeira finalidade, cada dia mais explícita – estrutura do universo, origem e mecanismos da vida –, as cosmotecnologias que se fecham em torno do planeta são apenas repercussões tranquilizadoras e, nesse sentido, alienantes. Porém, o indissociável par ciência/tecnologia, por seu turno, não nos promete mais que descobertas, deslocamentos de horizontes e inversões de perspectivas.

Então, qual é o papel da imaginação? Para os pesquisadores, é apenas um movimento intelectual que os impulsiona a preferir o desconhecido ao evidente. Mas eles não podem temer, então, que as considerações sobre as mudanças de escalas, que virão com a abertura do planeta a outros espaços, não privilegiem, é o caso de dizer, o ponto de vista de Sirius? Que elas nos distanciem infinitamente das realidades econômicas, políticas e sociais, que são as nossas hoje? Ou pior, que elas correm o risco de favorecer uma visão elitista da humanidade a serviço de uma visão tecnocientífica de seu futuro, de uma ideologia da descoberta e da conquista, onde se reconhecessem apenas alguns eleitos?

Pode-se pensar o contrário.

A consciência da mudança de escala que caracteriza desde já a vida econômica, política e cultural de nosso mundo, nos pressiona a responder a um certo número de questões há muito tempo discutidas e rediscutidas e, por essa razão mesma, nos pressiona igualmente a fazer um esforço de resistir às falsas evidências de um presente hegemônico. Arrisquemo-nos numa imagem: a situação presente não é um ponto final, uma grande estação de chegada, com dimensões e uma arquitetura à qual teríamos apenas que nos adaptar para, de certa maneira, ocupá-la, mas um desafio, uma área de embarque na qual temos todo o tempo para discutirmos e juntos imaginarmos aquelas que deveriam ser as melhores condições das futuras viagens.

Natureza das questões, determinação dos contextos/das condições

As questões clássicas que são necessárias que respondamos, apoiam-se em três relações essenciais: a relação entre as ciências e a sociedade, a relação entre as ciências e o poder e a relação entre as próprias ciências. Elas têm a ver com temas complementares, como o da democracia, da soberania e do saber. A questão das relações existentes entre as ciências ou, mais amplamente, a questão da relação entre os diferentes tipos de saber e de pesquisa, nos interessa particularmente; isto porque ela é talvez a chave de toda resposta às outras duas. Pode-se avançar na hipótese que ela se põe hoje em termos que diferem dos de ontem, porque o contexto global da pesquisa modificou os termos e o sentido dessa relação entre as ciências.

A história das ciências, a história das ideias e a história da arte sempre têm considerado o contexto, mas a noção de contexto pode ser entendida em sentidos diversos e ela não tem, além disso, o mesmo *status* como quando se refere às ciências duras e as ciências humanas.

A ciência e as artes se desenvolvem em meios particulares, em épocas particulares e sabe-se que elas não podem ser estudadas e compreendidas plenamente sem levar em conta o contexto geral. Mas elas se desenvolveram também em função de um contexto próprio a cada uma, à história particular das disciplinas. Esta distinção clássica na história das ciências, entre o ponto de vista “externalista” e o ponto de vista “internalista”, não é, todavia, absoluta, e é suscetível a evoluções. Em todo caso, é a relação entre a natureza das questões (o ponto de vista “internalista”) e a determinação dos contextos (o ponto de vista “externalista”) que está em causa.

Em todas as disciplinas das ciências e da arte, a natureza das questões é evolutiva: existe um progresso dos conhecimentos, visivelmente

cumulativo no caso das ciências, tanto que sua matéria é inesgotável, e mais forçado nas artes, à medida que a matéria mesma da obra de arte (o som, a luz) ou suas formas (a melodia, a imagem, as cores) tornam-se progressivamente objeto e não mais meios de criação e de pesquisa artística – o que pode ser eventualmente redescoberto ou recolocado no gosto do dia não tem seu equivalente no domínio científico. A descoberta da “arte negra”, por exemplo, das pinturas aborígenes australianas mais recentemente, pertence a um “tempo” artístico específico, mesmo que sempre haja almas crédulas para pensar que nós temos muito a aprender com medicinas e cosmologias antigas.

O caso das ciências humanas é intermediário. Não se pode negar que ela tenha feito progressos ao longo do século XX: a cartografia do saber se enriqueceu; os modos de organização social, os mais diversos, foram estudados; novos domínios, revolucionários, foram abertos (a psicanálise); na própria história, as transformações e os traumatismos, que ela impôs aos indivíduos e às sociedades, constituíram um tipo de experimentação *in vivo* que lhes foi equivalente às experiências científicas. Os etnólogos, por exemplo, não estudaram senão grupos profundamente desestruturados pelo contexto colonial. Sem dúvida, no campo das ciências humanas, não é nem possível e nem desejável distinguir radicalmente entre a natureza das questões e a determinação do contexto.

A determinação do contexto é o condicionamento geral (econômico, político), em que muitas atitudes mentais e comportamentais encontram sua origem. Na linguagem marxista dos anos 60-70 falava-se, a esse respeito, de ideologia dominante. Seria melhor, aqui, propormos a noção de “consciência social” porque, como sabemos, a consciência pode ser infeliz e a própria consciência social, hoje, está marcada pelas ambivalências de nosso tempo (familiaridade com o consumo, medo do desconhecido;

impensado na cosmologia, impensável na ciência). Assim, no presente, a consciência social é a consciência do que é atual – ao menos sob a forma negativa de uma consciência aguda daquilo que é ultrapassado, arcaico, fora de moda – e a consciência dos limites, dos riscos ou das incertezas, das efemeridades dessa realidade. Em outras palavras, estamos certos de que caminhamos bem, mas não sabemos para onde vamos.

O que simplifica e complica ao mesmo tempo as coisas é que, evidentemente, a natureza das questões pertence, cada dia mais, à determinação dos contextos. As mídias difundem um tipo de informação sobre a ciência e suas consequências tecnológicas, que contribui fortemente para a formação da consciência social. As políticas de pesquisa, a escolha dos programas (que custam cada dia mais caro), dependem amplamente das determinações contextuais. As modas intelectuais, as peripécias históricas e, mais ainda, os jogos econômicos, pesam sobre a natureza das questões. O cientista, por mais “dura” que seja sua ciência, não está fechado em sua torre de marfim.

O caso das ciências humanas ou sociais é particular: a determinação dos contextos faz tradicionalmente parte de seu objeto. Nesse sentido, elas são ciências históricas (inseridas na história). Dizemos que as ciências da natureza e as ciências da vida descobrem uma complexidade crescente, mas o que se desenvolve de fato é o conhecimento que elas têm dessa complexidade e que está aí desde o início. Os grandes eventos aos quais essas ciências podem fazer referência (aparecimento da vida, nascimento do universo) não se situam, evidentemente, em um tempo histórico, mas são, antes, expressões da complexidade de seus objetos. Quanto às ciências sociais, elas possuem uma dupla complexidade: primeiro, a complexidade própria de seu objeto. A respeito disso, podemos falar de progresso do conhecimento

(sabemos mais coisas hoje do que ontem, sobre o modo como se estruturam e se simbolizam as relações de poder, de descendência, de alianças, os sistemas religiosos, as organizações econômicas, etc.). E, em segundo lugar, a complexificação histórica de seu objeto: as formações políticas e sociais, as ideologias, a organização do espaço e a demografia, que transformam e se transformam elas mesmas e são objetos das ciências sociais. Ou seja, por um lado, a determinação dos contextos é, para as ciências sociais, uma sujeição, como para as ciências duras, mas também é um objeto que, por outro lado e por esta mesma razão, as ciências sociais não são, evidentemente, ciências do mesmo tipo que as ciências da natureza ou as ciências da vida. Essa constatação não sustenta uma concepção relativista, qualitativa e laxista dessas disciplinas, mas corresponde simplesmente ao fato de que, no domínio das ciências humanas e sociais, os objetos e a experimentação são históricos, o que não é o caso das ciências da natureza e da vida. Os meios e técnicas de pesquisa não estão aqui em questão e não devem iludir: nem a demografia, nem a economia quantitativa, por exemplo, possuem outro objeto senão o objeto histórico. Elas não são evidentemente ciências no sentido da física, da química ou da biologia. Por isso, deste ponto de vista, pode-se temer sempre que as ciências cognitivas se aferram ao ponto de vista da indistinção do seu objeto.

Em todos os casos, é da evidência que a pesquisa deve desconfiar e é contra a evidência que ela deve fazer apelo à imaginação. Por que razão? Porque, no caso inverso, ela renunciaria à complexidade (de princípio ou histórica) que constitui seu objeto. A natureza das questões, em todas as disciplinas das ciências, das artes ou da administração, pode ser um fator de imobilidade, de rotina, de repetição, quando se exprimem de modo aparentemente definitivo em fórmulas que sancionam a tirania do presente; citemos, entre as mais recentes, aquelas

que obtiveram sucesso: o “fim da história”, a globalização, ou mesmo, a mais clássica e antiga “lei do mercado” – todas, fórmulas apresentadas como intransponíveis, constituem, dessa forma, proibições para se pensar.

As expressões da evidência, representadas e ampliadas pelo sistema mundial de comunicação, pertencem, frequentemente e de modo simultâneo, à natureza das questões e à determinação dos contextos, e esta dupla porosidade tem todas as chances de crescer no futuro. Mas isto é característico do estado de transição que vê o planeta se transformar insensivelmente em ponto de partida e de referência – transformação que ressalta, ao mesmo tempo, a história geral e a história das ciências.

Essa mudança de escala pode ter uma consequência feliz, obrigando as ciências, a filosofia e as artes, a descobrir e explorar seus territórios comuns. O reino da cosmotecnologia tem duas faces: aquela das evidências é a primeira, luminosa e ofuscante; e uma segunda escondida, em que se pode aprender a decodificar a necessidade de solidariedade entre as ciências, tecnologias e sociedade. A pesquisa científica faz descobertas cuja aplicação, em todos os domínios, pode transformar a vida e mesmo a identidade dos seres humanos. As questões colocadas, então, surgem da sociedade e não somente dos “especialistas” ou das boas almas, mas de todos aqueles que se preocupam com o futuro social das pessoas – em primeiro lugar, certamente, daqueles que fizeram dos homens em sociedade seu objeto de estudo. Os comitês de ética ou seus congêneres exprimem, a sua maneira, a necessidade dessas novas colaborações. Mas, para além dessa necessidade, seu surgimento corresponde a um fenômeno maior: o de que a história alcançou a ciência.

A história alcançou a ciência ou, mais exatamente, a ciência entrou na história. Não simplesmente no sentido de que as consequências da ciência e suas aplicações possam colocar

problemas éticos (diz-se há muito tempo que a ciência sem consciência é a ruína do espírito), mas no sentido dos objetos da ciência terem se tornado objetos históricos. A “conquista do espaço” ou a investigação científica da vida fazem parte, agora, das determinações contextuais, não somente por causa de suas eventuais aplicações na Terra e aos homens, mas porque atualizam os parâmetros do futuro. Os cientistas levam tanto em conta esse aspecto, que se apressam em sublinhar os aspectos práticos e aplicáveis de suas descobertas, principalmente as de interesse medicinal (como a clonagem ou as experiências que combinam neurônios e microprocessadores), como para atenuar, por meio da linguagem tranquilizadora da cosmotecnologia, a vertigem que introduzem na história dos homens. O futuro de nossas sociedades, o futuro do planeta como conjunto das sociedades, não pode ser imaginado a partir da abstração da ciência. Pois é ela que, nesses termos, estabelecerá os parâmetros de ordenamento do social e a oposição entre o ponto de vista “externalista” e o ponto de vista “internalista” rapidamente tornar-se-á obsoleta.

A ascensão do silêncio

É significativo que durante os últimos vinte ou trinta anos o discurso sobre as finalidades tenha se deslocado. Tudo se passa como se os antigos colonialistas tivessem deixado declinar os ideais que proclamavam até pouco tempo. Ninguém indica mais, como se fazia ainda nos anos 60-70, um futuro próspero aos países, que hesitamos, até mesmo, em denominar “em vias” de desenvolvimento. É verdade que alguns destes países estão hoje, antes, em vias de subdesenvolvimento (a Argentina figurava entre as dez primeiras potências comerciais mundiais no início do século XX). As novas palavras, pelo menos no emprego que se faz delas

nos dias atuais, apareceram todas nos últimos anos: humanitário, como adjetivo e não mais no sentido clássico daquilo que “visa o bem da humanidade”, mas, mais timidamente, no sentido daquilo que é “relativo aos homens”. Assim, a expressão “catástrofe humanitária”, correntemente utilizada, a rigor não quer dizer nada, a menos que se suponha, como Pangloss, que tudo está bem no melhor dos mundos possíveis. Empregada como substantivo, “humanitário” designa um modo e um terreno de intervenção, que corresponde a uma atividade profissional reconhecida: trabalha-se com a causa humanitária, como outros trabalham com o petróleo ou com o turismo. Palavras como “compaixão” e “caridade” renovaram-se com Madre Teresa e Lady Di. As obras de caridade estão na moda. O reconhecimento desses microtremores, desses pequenos abalos semânticos, revela perturbações mais profundas: em algumas esferas da economia a evocação dos fins não se faz mais compreensível. Se esse silêncio não é observado, é porque ele é preenchido pelos estrondos da atualidade (ações humanitárias, guerras, direito de ingerência, *charity business*), estrondos de onde emergem algumas palavras, aquelas que citei e ainda outras, aparentemente anódinas ou bem intencionadas, mas que consagram a divisão do mundo entre aqueles que decidem sobre os fins e os outros.

Sobre quais fins decidem aqueles que decidem? Cada vez mais se tem o sentimento de que o poder (poder nas empresas, poder das empresas) é a finalidade dominante dos especialistas da economia. No momento dos deslocamentos, das fusões, e do mercado mundial, esse poder não tem necessidade de ser político no sentido tradicional do termo: ele tem, exatamente, necessidade de alguns reparos políticos para se desvencilhar das “algemas” da regulamentação. A finalidade do sistema econômico dominante, como um todo, não se resume

a sua própria reprodução? Se esse for o caso, é necessário admitir que a abundância não é mais um ideal social da organização econômica; o consumo lhe basta. Bem entendido, existe a abundância no sentido daqueles que podem consumir e que encontram bens que os satisfaçam; e há abundância no sentido de uma produção excessiva: mas é a lógica financeira que importa. Os excedentes são destruídos quando os preços caem. Vemos assim se restringir ou desaparecer produções agrícolas, enquanto populações inteiras estão ameaçadas pela fome. Constata-se que os produtores de gêneros agrícolas, como café ou cacau, dependem dos caprichos de um mercado sobre o qual eles não têm nenhum controle. Vemos empresas demitirem, mesmo quando obtêm bons resultados, sob a pressão dos acionistas. Numa palavra, se é verdade que os empreendedores da sociedade capitalista conseguiram elaborar uma formidável ferramenta de produção, se é verdade que o mercado foi inundado por novos produtos, por exemplo, àqueles relacionados às tecnologias da comunicação, a finalidade última, humana, social, mundial desta criação de riqueza, é evocada cada vez mais negligentemente. Sugere-se, por exemplo, que o desenvolvimento da comunicação significa promessa de liberdade, o que de fato é verdade num sentido (aquele da quantidade de informações e imagens que circulam) e falso noutro (naquele em que os sistemas político-ideológicos mais arcaicos podem ser conciliados com a modernidade tecnológica mais avançada). Se a lógica financeira e mercantil domina a lógica da produção, é sem dúvida porque nenhuma intencionalidade política anima mais a produção.

De certa maneira, o sistema econômico é autossuficiente. Nesse sentido, ele tem o poder e não é nem mesmo certo que ele tenha necessidade de expandir seu mercado. Este se autorrenova por meio das aceleradas mudanças nos produtos, acarretadas pelo progresso da ci-

ência e da tecnologia. Portanto, não é mais certo que, para ele, a abertura de novos mercados e o desenvolvimento de zonas frágeis de consumo pelo planeta seja uma necessidade. Por consequência (aqui também seria interessante analisar a evolução do vocabulário e da linguagem), a parte delegada à política e ao Estado é aquela da manutenção da ordem. A segurança interior, a política internacional, que é somente a projeção para o exterior de uma preocupação com a segurança interior, permanecem funções exclusivas do Estado; mas vemos facilmente como, se esta evolução se confirmar, o Estado aparecerá apenas como força suplementar da organização econômica. Hoje, quando se denuncia ou lamenta a fraqueza do debate político, a ausência de mensagens fortes, não se faz nada além de constatar as transferências de competências que se operam do público para o privado. Essa transferência dá-se sob um silêncio relativo: os discursos e mensagens são inumeráveis (comunicação obrigatória), mas as perspectivas são fluidas e os fins incertos. Como se a palavra de ordem do sistema econômico tivesse se tornado: mais progresso (técnico) para mais *status quo* (social).

Se a situação resumida aqui é de grande interesse para a antropologia social, é primeiro porque, em certo sentido, ela repete, ou tende a repetir, uma experiência que esta disciplina já testemunhou sem ter prestado a devida atenção e nem ter tirado todas as suas consequências: a experiência da colonização e descolonização, na medida em que esta última rapidamente eliminou os discursos finalistas que serviam de justificativa para a primeira. Talvez essa eliminação mesma defina a descolonização no que ela tem de essencial. O tema explícito do fim da história e aquele, mais ou menos implícito, da divisão do mundo entre aqueles que participam dos negócios e os outros, os que assistem e os assistidos, privilegiam uma leitura da história no presente, que suprime toda

a pertinência da ideia de progresso ou aquela de um mundo melhor amanhã. Contudo, esses ideais são ainda formulados localmente, de forma confusa e vaga. As resistências ao estado existente das coisas se esboçam, mas em nome de ideais barulhentos, particulares, inacabados e, por vezes, contrários (culturas minoritárias, o mundo camponês, a ecologia) que, mesmo quando tentam se exprimir em escala planetária, têm dificuldades para traçar projetos claros para o futuro, para propor fins que não sejam essencialmente defensivos.

Essa situação intelectualmente interessante, em minha opinião, pode ser apreendida com uma eficácia peculiar se tentarmos observá-la em escala antropológica: a partir de pequenas unidades, mas nas quais se fazem sentir os efeitos do novo contexto, que é o contexto planetário (sob o duplo e, eventualmente, contraditório aspecto da globalização tecnológica e da consciência planetária em pleno desenvolvimento). Os domínios empíricos tradicionais da etnologia se prestam a esta abordagem (é seu contexto que se transforma e os transforma) e, também, por uma razão mais forte, os domínios estudados há alguns anos pelos antropólogos (não somente a cidade, que já teve seu reconhecimento na tradição profissional, mas as empresas, os grandes condomínios residenciais, os campos de refugiados, os grupos de imigrantes, as ONGs...), sob a condição, porém, de que o estudo de seus respectivos microcontextos e seu contexto global recaia mais precisamente sobre as finalidades das quais eles são, ou não, portadores.

É sobre a questão dos fins, com efeito, que se pode medir – de alguma maneira por sondagens sucessivas – a desordem ideológica do sistema planetário em vias de construção. Passar pelo crivo do julgamento crítico os fins alcançados, a título de justificativas para uns e outros, pode ajudar a entender melhor as complexidades de algumas situações de enfrentamentos ou

violência. O sucesso do ideal securitário, por exemplo, dá lugar a enunciados que remetem a proposições banais do tipo: “Eu quero viver tranquilamente em meu bairro”. Mas esses enunciados podem ser fonte de mal-entendidos profundos. Há uma forte crença de que poucos jovens, que se encontram em bairros que nos habituamos chamar de difíceis, proclamariam o desejo ou a vontade de viver na insegurança; como também não achamos, em sociedades baseadas em linhagens, indivíduos prontos a se confessarem espontaneamente “feiticeiros”: eu nunca encontrei na África nada além de “contrafeiticeiros”. Analisar os fins proclamados em diversas escalas e em diversas situações institucionais ou históricas pode permitir evidenciar os mal-entendidos específicos de algumas conjunturas. Mas é ao lado das finalidades eclipsadas que as observações mais interessantes podem se efetuar: pode-se, por exemplo, falar ainda de uma “cultura da empresa”, isto é, evocar uma relação com a sociedade mediada pelo pertencimento a uma empresa, quando se recorre a demissões ou aos deslocamentos de empresas? Não. Além disso, outros imperativos se impõem (enfrentar a concorrência, reduzir os custos), o que implicam fins mais específicos à própria empresa, mais imediatamente econômicos, até mesmo financeiros (demite-se empregados e as ações sobem). As hesitações ou as vacilações da linguagem e dos discursos falam de tensões internas ao sistema e de sua evolução. Ocorre, então, que em alguns ambientes do poder econômico ou político e até mesmo científico, a referência aos fins desaparece, pura e simplesmente, como se tudo fosse restrito a si mesmo. Encontramos, então, esse sentimento de evidência que difundem hoje as diversas instituições midiáticas. Eu penso nos risos e sorrisos que não cessam de perseguir o espectador médio de televisão, como para convencê-lo, a exemplo das diversas formas de publicidade, que tudo está à mão, e que esse “tudo” é verda-

deiramente tudo: tudo aquilo que existe, tudo aquilo que há para ver, para dizer, para fazer.

Este fim das finalidades abre caminho a todos os tipos de superstições e a todos os tipos de explorações. Pois, se é verdade que os seres humanos não vivem cotidianamente preocupados com seus fins últimos, eles não podem, para tanto, se contentar indefinidamente com uma eternidade apática e um tempo estático. Isso é verdade, tanto para os mais desprovidos quanto para os outros. A busca por um sentido acontece, assim, nas piores condições possíveis. O sentido não é necessariamente o destino *post mortem*, a imortalidade ou o paraíso. É a existência do amanhã, isto é, é o conjunto de relações com os outros, suficientemente consistente, para escapar ao absurdo de uma solidão sem objeto e, no duplo sentido do termo, sem fim. Todos os movimentos sócio-religiosos que eu tive oportunidade de estudar na África ou na América Latina (mas a observação é generalizável), agrupavam de modo mais ou menos durável ou efêmero indivíduos que procuravam mutuamente um novo ambiente, seja definitivamente (refugiando-se tanto num profeta, como num asilo), seja mais pontualmente, como nos casos do candomblé ou da umbanda no Brasil, que organizam o calendário de cada um e fazem de sua vida, uma vida de “festas” e encontros. O sucesso destas seitas faz parte desse desejo, dessa necessidade de maquiar a realidade ou de substituí-la por um mundo paralelo, íntimo, onde as pessoas podem se reconhecer, se fazerem reconhecer, aguardar pelo que virá e lutar contra o pânico de um presente definitivo. A ilusão fala a linguagem dos fins, que é também aquela do desejo, mas também a utiliza, a desmembra, a destila em doses homeopáticas: seus estratagemas são o negativo inverso do discurso social sempre inacabado dos políticos e economistas. Essa ilusão não pretende orientar a sociedade, mas substituí-la, pois ela está condenada desde já a se dissipar com a luz do dia.

Sob os barulhos da sociedade da comunicação – consumo, por trás da tela das diversas formas de ilusão, percebe-se apenas um silêncio sem precedentes, confissão de uma perda total de imaginação. Esse silêncio não evoca a dupla desaparecimento dos mitos de origem e dos mitos do futuro, através dos quais os filósofos caracterizam a modernidade e a pós-modernidade. As “grandes narrativas” estão mortas, constatava Lyotard. Mas, como uma maré negra, cuja amplitude se teria subestimado, num primeiro momento, o silêncio invadiu também nossas instituições, nossos diálogos e nossas pessoas: daí, talvez, esse sentimento que os grandes atores da história contemporânea falam e repetem sem nada dizer, como personagens mecânicos, irregulares e enlouquecidos do cinema mudo.

Elementos de um programa

Como pôr em prática as condições de uma utopia da educação, progressista (que não renuncia à procura de um melhor futuro para a humanidade) e progressiva (passando por reformas e adaptações)? Já ouço as objeções: “Uma utopia da educação: bela ideia, mas como realizá-la? Uma significativa parte de nossos orçamentos já é destinada à educação. O que o Senhor quer mais?” O que mais quero é, precisamente, o fim dessa objeção. A acusação de irreal é uma das ferramentas que estrangula, hoje, de forma imediata, toda proposição radical; a suspeita de voluntarismo é outra ferramenta: “O Senhor esquece os horrores do século XX, o *gulag*, a revolução cultural”. E o pensamento dominante desenrola o fio vermelho de sangue que, de Rousseau a Pol Pot, teria guiado todos aqueles que desejaram realizar a utopia; só se escaparia à ingenuidade da utopia pelo terror.

Esta alternativa é inadmissível. Procurar no Iluminismo a origem do voluntarismo assassi-

no do comunismo é reduzir a história às ideias que nela nasceram e fazer uma análise simplista de seus efeitos. Taxar de irreal toda proposição de transformação radical é recusar, de antemão, atenção às constatações que a apoiam.

Uma constatação, no presente, é aquela da progressão da ignorância nesse início de século XXI. Que a ignorância progride, isso não é necessário dizer, para não chocar ninguém. Nesse mundo hipócrita em que vivemos, onde as palavras provocam mais medo do que os fatos, a necessidade de calar faz-se massiva, enorme e determinante para o futuro da humanidade: quanto mais a ciência progride, mais a ignorância se amplia. Não é suficiente constatar, como gerações de etnógrafos se empenharam em fazer, que os saberes tradicionais se perderam (se isso aconteceu foi, antes de tudo, porque não tinha mais razão de ser), sem que sua perda tenha significado acesso a novos saberes. Muito pelo contrário, é nesta esfera do conhecimento que a diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos aumenta. Uma parte majoritária do mundo é incapaz de compreender alguma coisa sobre os funcionamentos da pesquisa científica.

O fato de que indivíduos migrem e se formem em universidades americanas (fuga de cérebros) ou que haja setores científicos de ponta em países subdesenvolvidos, como na Ásia, não muda em nada essa constatação em seu conjunto. A linha divisória entre conhecimento e ignorância apresenta-se até mesmo em países considerados industrial e cientificamente desenvolvidos. O *Le Monde* divulgou recentemente uma pesquisa da *National Science Foundation*, segundo a qual apenas metade dos americanos sabe que é preciso um ano para que a Terra faça uma volta em torno do sol. Outras enquetes mostraram que a maior parte deles acredita em milagre, a metade em fantasmas e um terço em astrologia. Nesse contexto global, a ofensiva criacionista no meio universitário faz

todo sentido. Pode-se certamente se felicitar pelo fato de que os estudantes mais brilhantes das universidades americanas sejam asiáticos (desde 1999, o número de estudantes estrangeiros nos cursos de engenharia ultrapassou o número de alunos americanos), mas sabe-se bem que o desenvolvimento científico na Ásia exprime desigualdades sociais consideráveis. O exame das situações africanas e do Oriente Médio conduziria a conclusões infinitamente mais desesperadoras.

Mais perto de nós, com algumas notáveis exceções, parecemos mais ou menos validar a distinção entre bairros “normais” e bairros “difíceis”, entre elites e classes desfavorecidas. Consta-se que o sistema escolar não é mais criador de igualdades, mas reprodutor de desigualdades. Além disso, a situação do mercado de trabalho, a ideologia consumista e o reino da imagem – que coroa personalidades do esporte e dos programas de variedades – exercem todo seu peso sobre os corações e imaginações. A pesquisa americana fascina os pesquisadores europeus. Mesmo se não se dispõe de números seguros quanto à fuga de cérebros europeus para a América, pode-se afirmar tratar-se de um fenômeno muito importante. Fenômeno este que corresponde a enorme desproporção entre o aparelho de pesquisa americano e o europeu; em uma entrevista ao *Magazine Littéraire* (janeiro de 2004), George Steiner afirma que o orçamento anual de Harvard ultrapassa o total dos orçamentos das universidades na Europa ocidental.

Dito de outro modo: em escala mundial, a distância cresceu, em termos absolutos e relativos, entre aqueles que não tiveram o mesmo acesso a alfabetização, em um extremo, e aqueles que tiveram acesso às grandes hipóteses sobre a constituição do universo ou o surgimento da vida, num outro extremo. É preciso acrescentar que, globalmente falando, o patrimônio filosófico da humanidade parece sem herdeiros

e que, pela violência e pela injustiça, se retrai frequentemente face às formas religiosas mais ou menos rudes e intolerantes, que ocupam o pensamento de uma parte considerável da humanidade.

Como inverter essa tendência? Certamente não será com um toque de mágica, nem com votos de piedade. A utopia última, hoje, é a educação. Mas uma utopia da educação contrária àquelas que a precederam; só ela pode definir esses lugares seletivamente e essas etapas progressivamente. Ela pode ser reformista por método, se ela permanece radical como projeto. Mais do que qualquer outra iniciativa política, ela se choca com os pensamentos habituais, com o conservadorismo institucional, com o argumento econômico e com o ceticismo que mina todo projeto, cuja realização está inscrita no tempo. Todavia, nesse caso, toda iniciativa local, pontual, pode aparecer como um passo numa boa direção e não como a traição de um ideal. Não existem ganhos pequenos ou desprezíveis em matéria de educação.

Se a humanidade fosse heroica, ela se acomodaria à ideia de que o conhecimento é seu fim último. Se a humanidade fosse generosa, ela compreenderia que a divisão dos bens é, para ela, a solução mais econômica (Mauss, em seu *Ensaio sobre a Dádiva*, havia começado a explorar esta hipótese). Se a humanidade tivesse consciência de si, ela não deixaria os jogos do poder obscurecerem o ideal do conhecimento. Mas a humanidade não existe, existem apenas homens, ou seja, sociedades, grupos, poderes. O paradoxo atual deseja que isso represente o auge deste estado de diversidades desiguais que encerra a mundialização do mundo. Os mais oprimidos dos oprimidos têm consciência de pertencer ao mesmo mundo que os mais abastados e os mais poderosos – e inversamente. Jamais, no fundo, os homens estiveram em melhor situação para se pensar como humanidade. Mas jamais, também, as tensões atribuídas

à desigualdade de posições de poder e riqueza foram tão fortes. Nem o heroísmo, nem a generosidade, nem a consciência estão ausentes de qualquer grupo que seja; mas elas não são únicas, se misturam às relações de força, às evidências do presente, às preguiças e pavores da imaginação. São essas misturas que nos é necessário explorar concretamente, em detalhes, para saber se a utopia do mundo sem Deus, sem medo e sem injustiças, de um mundo forte para assegurar o bem-estar de todos e não se consagrar apenas à aventura da ciência possui ainda alguma força mobilizadora.

O futuro do planeta não pode ser encarado como aquele de uma elite mais ou menos restrita. Se o ideal da pesquisa e da descoberta, o ideal da aventura, deve ser aprofundado, tornar-se o único ideal do planeta, as consequências não serão de pouca importância. A questão dos fins teria sido explicitamente colocada e resolvida. Uma sociedade governada pelo ideal único da pesquisa não pode tolerar nem a desigualdade, nem a pobreza. Para ela, as injustiças sociais são intelectualmente ridículas, economicamente custosas e científica-

mente prejudiciais. A utopia a ser construída e realizada, aquela que pode orientar tanto os diferentes tipos de ciência, quanto os observadores do social, os artistas e os gestores da economia, é uma utopia da educação para todos, tão necessária à ciência quanto à sociedade. Tudo o que nos aproxima desta utopia procede de um esforço de imaginação e, inversamente, todo esforço de imaginação para ultrapassar as rotinas imputadas à natureza das questões, tem toda chance de alterar o próprio peso das determinações contextuais. Em suma, trata-se de admitir que, se sacrificarmos tudo ao saber, nós teremos mais riqueza e justiça.

Notas

- ¹ N. T.: Edição brasileira: HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Referências Bibliográficas

- HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Empire*. Paris: Exils, 2000.

tradutora Mariana Mont'Alverne Barreto
Doutoranda em Sociologia/UNICAMP

revisora Luciana dos Santos
Doutoranda PPGAS/USP

Recebida em 22/03/2009

Aceita para publicação em 15/09/2009